

LUCAS BASSI / REDE CÂMARA SP



O texto poderá ser alterado antes da votação definitiva

Câmara de SP aprova veto à publicidade de bets nos estádios

A Câmara de São Paulo aprovou em primeiro turno um projeto que proíbe a publicidade de bets e jogos de azar online em eventos esportivos na capital. A votação foi simbólica. O texto abrange eventos amadores e profissionais organizados por entidades públicas ou privadas. O veto alcança placas e painéis em estádios e ginásios, além de anúncios em ônibus municipais e espaços públicos administrados pela Prefeitura. De autoria do vereador João Jorge (MDB) e outros parlamentares, a proposta também prevê campanhas educativas sobre os riscos das apostas. Se aprovada em segundo turno e sancionada, poderá impor multa de R\$ 50 mil por infração e suspensão da licença de funcionamento por até 30 dias. Em caso de reincidência, o responsável poderá ficar impedido de realizar eventos esportivos por até dois anos. O texto poderá ser alterado antes da votação definitiva.

Comissão aprova projetos de mobilidade

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara de São Paulo analisou 13 projetos e um requerimento na quarta-feira (23). Avançaram propostas para incluir no calendário municipal a Semana da Cultura Motociclista, prevista para novembro e o Dia do Direito à Mobilidade Ativa e da Acessibilidade Urbana, em 22 de setembro. O colegiado também pediu informações sobre a estrutura da EMEF Madre Joana Angélica de Jesus, em Guaianases, após chuvas causarem infiltrações e interdição do andar.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Avançaram propostas de inclusão no calendário municipal

MP apura desabamento com seis mortes na ZL

O Ministério Público de São Paulo abriu duas frentes de apuração sobre o desabamento de um prédio em construção na Penha, zona leste, que matou seis pessoas em 12 de setembro. A Promotoria de Habitação e Urbanismo pediu à Prefeitura o histórico de licenças, vistorias, multas e embargos da obra na Rua Tequici. Também solicitou informações sobre riscos ainda nas estruturas vizinhas e sobre o atendimento prestado às famílias atingidas. O edifício caiu sobre uma casa ao lado, onde viviam as vítimas encontradas.

Prefeitura deve explicar fiscalização da obra

A Promotoria do Patrimônio Público apura falhas administrativas. O órgão requisitou o processo do imóvel, o relatório de vistoria de 2024 e a identificação dos servidores que fiscalizaram a obra desde 2019. A Controladoria foi consultada sobre apurações internas. A construção tinha histórico de irregularidades; um documento de 2024 registrou a demolição da estrutura, que ficou de pé até sua queda.

Verba para 32 grupos

A Prefeitura de São Paulo publicou novo edital de R\$ 12,8 milhões para projetos voltados a pessoas com 60 anos ou mais. O chamamento do Fundo Municipal da Pessoa Idosa prevê selecionar 32 organizações da sociedade civil. Cada uma poderá receber até R\$ 400 mil. O anúncio ocorreu na abertura do Fórum e Festival Longevidade

Inscrições até dia 6

As entidades podem inscrever propostas até 6 de novembro pela página do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, na internet. Os projetos deverão seguir os critérios do edital e atuar em um dos quatro eixos previstos: educação, proteção e garantia de direitos, saúde e cultura. O resultado final da seleção está previsto para 30 de abril.

Quatro áreas de ação

O evento ocorre até sábado (26) no Pavilhão da Bienal, no Parque Ibirapuera. A programação gratuita inclui orientações sobre políticas sociais, atendimentos e vagas de trabalho. O edital apoia ações de proteção dos direitos das pessoas idosas. Entidades aprovadas que não forem selecionadas poderão obter autorização para captar recursos.

Alta de 111% em 2025

Os Centros Especializados em Reabilitação (CERs) de SP realizaram 1,7 milhão de procedimentos em 2025, alta de 111% em relação a 2021, quando foram registrados 807.632. A rede possui 35 unidades e atende pessoas com deficiência ou outras condições que exigem reabilitação. Um paciente pode passar por mais de um procedimento.

Mais pacientes em SP

O número de pacientes atendidos nesses centros passou de 245.175 em 2021 para 359.086 em 2025, aumento de 46%. As unidades oferecem reabilitação física, intelectual, visual ou auditiva, além de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista. Entre 2021 e 2026, foram 7,7 milhões de procedimentos e 1,7 milhão de atendimentos.

Acesso começa na UBS

Nos primeiros oito meses de 2026, os centros registraram 1.191.437 procedimentos e 250.365 atendimentos. A rede também fornece órteses, próteses, recursos de locomoção e aparelhos auditivos conforme as necessidades dos pacientes. O acesso ao serviço ocorre, preferencialmente, por encaminhamento de uma UBS próxima.



A medida ainda depende de decisão da Prefeitura de SP

MPSP pede intervenção na Feira da Madrugada

Dívida de concessionária atinge R\$ 163 milhões, segundo a SP Regula

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo recomendou que a Prefeitura intervenha na concessão da Feira da Madrugada, no Brás, diante de uma dívida de R\$ 163,2 milhões atribuída à empresa responsável pelo espaço. O valor, informado pela SP Regula à Promotoria, estava atualizado em maio de 2026. A medida ainda depende de decisão do município de SP.

A recomendação foi encaminhada ao prefeito e à agência municipal que fiscaliza concessões e parcerias. O MPSP pede que a intervenção seja decretada em até 15 dias e que a apuração administrativa da inadimplência seja concluída em 60 dias. Também solicita a cobrança integral dos débitos e, caso o descumprimento contratual seja confirmado, a extinção da concessão por caducidade.

A Feira da Madrugada é administrada pelo Consórcio Circuito de Compras São Paulo SPE S/A, que recebeu a gestão e a exploração comercial da área. Segundo a Promotoria, o contrato previa obras e serviços que não foram entregues. Entre as intervenções citadas estão a construção de um hotel, salas comerciais e centros de apoio, além da restauração de armazéns históricos da antiga Rede Ferroviária Federal.

O órgão também aponta problemas de manutenção no complexo. A relação inclui elevadores sem funcionamento, condições inadequadas de limpeza e de banheiros, além de redução da segurança. Essas falhas, de acordo com o Ministério Público, afetam o funcionamento do centro de compras e fazem parte dos indícios de descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária.

Outro ponto analisado é o custo dos boxes. A Promotoria afirma que os aluguéis passaram de cerca de R\$ 500 para aproximadamente R\$ 2.600 mensais. Para o MPSP, a elevação dos preços contribuiu para o esvaziamento da feira e para o retorno de comerciantes às calçadas do entorno.

A SP Regula tentou cobrar os valores por meio da cartafiança prevista no contrato e buscou acordos administrativos, sem recuperar a quantia devida, conforme a Promotoria. O Ministério Público estabeleceu prazo de 15 dias para que os destinatários respondam à recomendação. Se as medidas não forem adotadas, o órgão poderá recorrer à Justiça por meio de ação civil pública.

A recomendação não equivale à decretação imediata de intervenção nem encerra automaticamente o contrato. Caberá à Prefeitura decidir.